



Expresso

27-11-2010

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 167000

Temática: Administração Pública

Dimensão: 668

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/6

Deputados
socialistas em pé
de guerra por causa
do orçamento PG

OE passou, mal-estar no PS não

Numa reunião tensa, com ameaças e insultos à mistura, Assis travou uma vaga de declarações de voto sobre o OE

O líder parlamentar do PS conseguiu travar, *in extremis*, uma vaga de declarações de voto dos deputados socialistas criticando o Orçamento do Estado (OE) ou algumas das suas soluções. Confrontado com o mal-estar da bancada e pré-avisos de declarações de voto, Francisco Assis marcou de urgência uma reunião para quinta-feira à noite, pouco antes da votação final do OE, ontem. Resultado: após a aprovação apenas um socialista, Luís Miguel França, anunciou no plenário uma declaração de voto. Não apareceu pelo menos mais três — poucas, tendo em conta que Assis chegou a falar em “cerca de 60”. Mas o incómodo é patente.

Sintomático do desagrado com a forma como decorreu a negociação e aprovação do OE, foi um episódio contado por Marques Júnior, na reunião de quinta. Num encontro de Teixeira dos Santos com a bancada do PS, há duas semanas, o ministro ia tomando nota do que diziam

os deputados. No fim, deitou o papel ao lixo — contou Marques Júnior, que foi ao cartote buscar essa folha de papel.

O relato de Marques Júnior foi um momento dispendido numa reunião dura. As principais críticas foram para a possibilidade de algumas empresas do Estado escaparem ao corte de salários. As explicações do Governo não sossegaram boa parte da bancada, até porque, como ficou a lci, as exceções são mesmo possíveis — e no PS há quem aposte que haverá salários que não vão baixar, por exemplo na CGD ou entre os pilotos da TAP.

Vera Jardim considerou todo o processo “atabalhado” e deputado António José Seguro e Marcos Sá insistiram na necessidade de que “os sacrifícios sejam partilhados por todos de forma justa”. Assis admitiu que o processo terá sido mal conduzido e mal explicado pelo Governo, mas apelou à “coesão” perante um OE com medidas “difíceis e impopulares”. Manuel Seabra, vice da bancada, alertou contra “mais um triste espetáculo de declarações de voto”.

O momento mais tenso foi protagonizado por Renato Sampaio, vice-presidente da bancada e líder da distrital do Porto: lembrou o “dever de lealdade” dos deputados e acusou “alguns camaradas” de interiorizarem a

Como vão cortar as empresas?

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) foi a primeira a solicitar um regime de exceção para poder decidir onde aplicar os cortes nos salários impostos pelo Orçamento do Estado (OE) para 2011. Os argumentos foram o risco de fuga de quadros e a especificidade do sector, bem como o facto de contribuir com dividendos para o Estado. Poderá ser a primeira, entre várias entidades públicas, a requerer autorização ao ministro das Finanças para planear onde aplicar a redução dos vencimentos dos seus colaboradores. Da lista podem constar os hospitais EPE (43 unidades), TAP, CTT, CP Carga, STCP (empresa de transportes rodoviários coletivos do Porto) ou mesmo a Companhia das Lezírias. Depois de grande especulação, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, disse ontem que todas as empresas públicas vão ter que reduzir a massa salarial em 5%, podendo as administrações optar pela

forma como vão fazer esta redução. Ou seja, não haverá isenções. Por exemplo, os salários de alguns trabalhadores que seriam visados nos cortes (que ganhem mais de 1500 brutos) podem não ser afetados, recaindo a fatura sobre os que mais ganham, será uma questão de estratégia dos gestores, que passará sempre pela aprovação das Finanças. A Comissão de Trabalhadores da Caixa reúne no início da próxima semana com a administração para saber qual é o plano e no dia 2 de dezembro está agendado um encontro com o gabinete do primeiro-ministro. O Estado estima arrecadar cerca de 1200 milhões de euros com os cortes salariais. A exceção introduzida no orçamento não contempla o Banco Central Europeu tenha alertado que tem que ser a instituição a decidir sobre cortes salariais. A.S.S./L.V.

mensagem da oposição e se tentarem promover “com tristes manifestações populistas”. E deixou o aviso: as declarações de voto terão uma avaliação política, das quais serão retiradas conclusões. Vindo de um dos mais próximos de Sócrates, a mensagem era clara. Manuel Mota, deputado de Braga, acusou Renato de atitude “trotskista”. A temperatura subiu e Assis teve que lembrar que não admitia insultos.

Garantias são quatro declarações de voto: de António José Seguro, sobre o corte nos salários; de João Galamba, criticando o facto de o PS não ter viabilizado a atualização da taxa sobre mais-valias; de Luís Miguel França, em protesto por o OE permitir que o Governo da Madeira use para outros fins as verbas destinadas à reconstrução da ilha; e de Marcos Sá, que levanta três questões: considera “absolutamente questionável” a “possibilidade deixada em aberto” de algumas empresas públicas poderem fugir aos cortes salariais previstos no OE; lamenta a não aprovação de um teto para os vencimentos dos gestores públicos, como propunha o CDS; e reafirma a necessidade de legislação que permita a tributação efetiva de dividendos este ano.

FILIPE SANTOS COSTA



José Sócrates, Teixeira dos Santos e Luís Amado. O chefe do Governo e dois dos ministros mais polémicos do momento juntos no Parlamento, no dia da aprovação do OE. FOTO ALBERTO FRIAS

CINCO BOAS PROPOSTAS QUE O ACORDO DO BLOCO CENTRAL CHUMBOU

ATUALIZAÇÃO DA TAXA SOBRE MAIS-VALIAS BOLSISTAS (PSD)

- PCP e BE a favor,
- PS, PSD e CDS contra

A proposta do PCP dificilmente seria mais elementar: subir 1,5% a tributação sobre mais-valias, um aumento igual à atualização dos escalões do IRS e restantes taxas libertatórias. O PS diz que queria votar a favor mas o PSD não deixou, por isso nada feito. Resultado: a taxa sobre os juros de um depósito a prazo de um reformado fica mais alta (21,5%) do que a taxa sobre mais-valias bolsistas (20%), como resumiu o socialista Eduardo Cabrita.

TRAVAR NOVAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (CDS)

- CDS e BE a favor,
- PS contra, PSD
- PCP abstenção

“Face à situação das finanças públicas e ao atual contexto de financiamento da economia portuguesa, fica o Governo proibido de celebrar novos contratos de parcerias público-privadas, enquanto não se proceder à total reavaliação dos seus encargos plurianuais” — a proposta do CDS corresponde exatamente ao que o PSD tem exigido, mas o PSD absteve-se, pois já acordou com o Governo uma comissão para reavaliar as PPP.

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO BPN NO PARLAMENTO (BE)

- BE, CDS e PCP a favor
- PS contra
- PCP abstenção

O BE propôs a apresentação no Parlamento, até julho de 2011, do relatório e contas do BPN, com a análise detalhada de rentabilidade, imparidades de crédito, eficiência, solvabilidade, evolução dos capitais próprios e avaliação dos compromissos futuros na liquidação dos empréstimos recebidos pelo banco. Assim, o Parlamento, que aprovou a nacionalização do banco, conheceria finalmente a sua verdadeira situação e custos. O Governo não deixou.

NO ESTADO NINGUÉM GANHA MAIS QUE O P. REPÚBLICA (PS)

- PS contra
- PSD abstenção

O CDS queria um grupo de missão com objetivo de mudar as regras, o BE e o PCP apresentaram a proposta sem intermediários e com efeito imediato, mas todos queriam o mesmo: que nenhum dirigente da administração pública ou do setor empresarial do Estado possa ter um vencimento superior ao do Presidente da República.

NÃO REDUZIR AS DEDUÇÕES FISCAIS PARA DONATIVOS SOCIAIS (PSD)

- CDS a favor,
- PS e BE contra,
- PSD e PCP abstenção

Defendendo que muitas instituições sociais só sobrevivem graças aos donativos privados, ainda mais em tempo de crise, o CDS defendia que não houvesse um corte para os benefícios fiscais com os donativos para instituições particulares de solidariedade social (IPSS).